



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

11/11/2018

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1 - 4
2. JORNAL EXTRA	
2.1. JUÍZES.....	5
2.2. VARA CRIMINAL.....	6 - 7
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA.....	8
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. INSTITUCIONAL.....	9 - 12
4.2. JUÍZES.....	13
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. ASSESSORIA.....	14 - 15
5.2. COMARCAS.....	16
5.3. DECISÕES.....	17
5.4. DESEMBARGADOR.....	18
5.5. ESMAM.....	19
5.6. JUÍZES.....	20 - 21

***Acusados da
chacina de
Bacabeira são
condenados a
mais de 40
anos de cadeia***

PÁGINA 8

CHACINA DE BACABEIRA

Acusados são condenados a mais de 40 anos de reclusão

Os acusados Antonio Coelho Machado, Cleferson de Jesus Machado Vilaça e Josean Serra Rego foram condenados, respectivamente, às penas de 43 anos; 44 anos e 47 anos de reclusão, a serem cumpridas em regime inicialmente fechado. A condenação se deu pelo Tribunal do Júri da Comarca de Rosário, pela acusação dos crimes de assassinato e ocultação de cadáver de uma criança e um adolescente; e tentativa de homicídio contra outro adolescente e um adulto, ocorridos no Povoado Periz de Baixo, município de Bacabeira, no dia 1º de agosto de 2017, motivado por suposto furto de porcos pelas vítimas em terreno de propriedade de Antonio Machado. A juíza Karine Lopes Castro, titular da 1ª Vara de Rosário, presidiu o julgamento, finalizado na noite desta última quinta-feira (08), no Fórum da comarca de Rosário, negando na sentença a possibilidade de os réus recorrerem em liberdade, já que permaneceram presos durante toda a instrução.

Durante a sessão do Júri Popular, o Ministério Público, por meio da promotora de Justiça Maria Cristina



Lobato Murillo, sustentou que os acusados agiram, coordenadamente, para satisfazer a vontade de Antonio Machado, conhecido por Antonio Baixinho, que seria o “mentor intelectual do crime”. Narra a denúncia que, na data, os acusados armados com espingardas, revólveres, facão e facas, teriam atacado de forma cruel as vítimas, uma criança (11 anos), dois adolescentes (12 e 16 anos) e um adulto (24 anos). Do ataque, foram a óbito a criança e um adolescente, que sofreram graves lesões e foram enterradas em uma área de mangue. Segundo a acusação, “Antonio Baixinho” teve a colaboração decisiva



do neto, Cleferson Vilaça, o “Kefim” e de Josean Serra Rego, conhecido por “Amaral”, para a execução dos crimes.

O MP também requereu a condenação dos acusados pelo crime de tentativa de homicídio contra um adulto, atingido com um tiro na boca por Josean Rego; e um adolescente, atingido com um tiro na perna – que deu fim à munição na arma.

Atuaram pela defesa os advogados Kerlington Sousa e Marco Rocha (Antonio Machado e Cleferson Machado); e Jamilson Mubárack (Josean Rego). Os advogados da família Machado defenderam a tese de homicídio simples e



lesão corporal para Antonio e Cleferson, respectivamente. “Eles não são inocentes, mas defendemos que cada um pague os erros na exata medida do que foi cometido por cada um”, frisou o advogado Kerlington Sousa.

O advogado de Josean Rego sustentou que seu cliente apenas causou lesão corporal ao atingir o adulto, já que, segundo Jamilson Mubárack, para se defender o réu precisou desferir um tiro, mas que se tivesse a intenção de matar teria prosseguido com mais disparos. “Não há laudo apontando se a vítima correu risco de morte, apenas que foi hospitalizado por cinco dias”, frisou.

Justiça absolve homem que matou idoso e arrastou mulher nua pelas ruas

PÁGINA 8





Luciano foi absolvido pela Justiça

Justiça absolve homem que matou idoso e arrastou mulher nua pelas ruas

Apesar de reconhecer que o acusado foi o autor do delito, o conselho de sentença optou por colocá-lo em liberdade. Com isso, Luciano irá cumprir mais um ano e quatro meses em regime aberto.

O assassino Luciano Luan Santos Lopes, de 21 anos, foi absolvido pelo Tribunal do Júri, presidido pela juíza Larissa Tupinambá, titular da 3ª Vara da Comarca de Pedreiras.

Ele estava preso preventivamente desde outubro do ano passado, após espancar até a morte Raimundo da Silva, de 78 anos, e tentar contra a vida de Thaylla Pathelly Pereira da Silva. O crime bárbaro chocou a cidade de Pedreiras.

Luciano Lopes havia flagrado o idoso com companheira dele Thaylla em um quarto de motel. Enciumado com o flagrante, ele agrediu Raimundo batendo a cabeça dele contra a parede até que fosse a óbito.

Em seguida, agrediu fisicamente a mulher com socos no rosto e ainda a arrastou nua pela cidade, puxando-a pelos cabelos, sendo preso logo em seguida.

Apesar de reconhecer que o acusado foi o autor do delito, o conselho de sentença optou por colocá-lo em liberdade. Com isso, Luciano irá cumprir mais um ano e quatro meses em regime aberto.

MINHA TERRA NATAL CAJARI-MA

*Osmar Gomes dos Santos



Quando se trata da terra natal, todos falam com entusiasmo e sentimento que saltam aos olhos, comum àqueles que guardam boas e saudosas lembranças dos tempos de outrora. Nesta data, em que comemora mais um ano de fundação, falar de ti, Cajari, é um motivo a mais para meu peito transbordar de emoção.

Ao comemorar 70 anos, no próximo 15 de novembro, este pedaço do Maranhão me faz voltar para dentro do meu eu e me deparar com tantas recordações boas. Da época de menino magrelo, dos pés no chão, das brincadeiras peão, das peladas do futebol. Ou mesmo do despertar cedo para a labuta diária – na roça ou no campo. Como foi bom ter vivido ali.

Hoje, te olho majestosa, do alto de seus quase 19 mil habitantes, censo de 2010, encravada no coração da nossa rica Baixada Ocidental Maranhense. Ah, Cajari, como queria ser compositor para rabiscar algumas melodiosas letras que falam de ti. Mas pensando melhor, sou péssimo intérprete e cego de um saudável ciúme. Concluo que elas não poderiam ser cantadas por ninguém, se não por mim.

Como esse papel já não cabe a mim, deixo quietas as poucas folhas de papel que ainda me restam. Aproprio-me apenas desta para deixar gravada a minha homenagem. Singela, claro, mas profunda como deve ser. O saudosismo é uma marca indelével que carrego no peito e na memória, que a mim serve como combustível de uma chama inapagável.

Sua grandeza não se traduz apenas em números. Situada às margens do rio Maracú, é uma terra de lendas, causos e muitas histórias, tais como aquelas que mexem não só com o imaginário dos jovens, mas até dos mais vividos.

Cajari é, por assim dizer, um lugar que ainda guarda mistérios não desvendados, a exemplo dos sinais de uma antiga civilização que teria vivido no leito do lago que leva o nome da cidade, muito antes da chegada dos portugueses por aquelas bandas.

Foi porto da tradicional Fazenda Cadoz e tinha algumas propriedades dos então coronéis, cujas autoridades não eram questionadas. Porém, não imperavam absolutas, posto que os valentes índios por muito tempo marcaram posição e deixaram um grande arsenal de conhecimentos que transcenderam gerações. Valentia, hoje, reservada a sua gente que dá a volta por cima depois de sacudir a poeira.

ra.

Regressar a Cajari é poder me deparar com figuras ilustres, amigos de infância, um povo simples e acolhedor. Pessoas de sorriso fácil, mesmo daquelas faces cujos olhares revelam o pesado fardo que a vida lhes impôs. Adentro mais ainda, chego em Enseada Grande, povoado onde nasci, Tá tudo bem, sim senhor”, e a vida segue com um feixe de lenha na cabeça e os pés ainda descalços, paradoxalmente simples e rica.

Na minha terra ainda tem palmeiras e também baba-

quais, mas jaçanãs e japeçocas eu nem sei mais. O avanço desenfreado e predatório do homem sobre a natureza para satisfazer de forma voraz seus anseios tem feito diminuir a incidência dessas espécies em toda a região. O meio ambiente sobrevive, embora embriagado na agonia das incertezas.

Mesmo diante das dificuldades, é necessário encontrar motivos para comemorar. Recordo das palavras de

meu pai, quando eu ainda era pequenino: “não se pode esmorecer diante das dificuldades da vida”. Palavras que dão força e alimentam a esperança de um dia não muito distante, ver minha bela Cajari retomar o caminho do progresso, da manutenção do seu ecossistema, do cuidado e do respeito com a sua gente.

Espero um dia, minha bela Cajari, poder voltar para ti. E assim como uma despreocupada criança me deleitar em suas águas, colher o coco em seus babaquais, correr em seus verdes campos alagados sob o sol escaldante. Quero poder deitar sob o céu de estrelas, do límpido clarão do luar, longe das luzes artificiais que delineiam uma realidade tal como ela não é.

Mas hoje, perdido nos devaneios da vida urbana, restando-me matar a saudade nas rápidas viagens de “bate-volta”, só posso desejar a ti, terra amada, os mais sinceros e profundos parabéns pela sua antiga e imponente história. Sob sua juvenil certidão de nascimento, repousa um passado de glórias, bravura e mistérios ainda dados ao descobrimento.

Parabéns, Cajari, pelos seus 70 anos de criação e pelo seu infinito passado de boas e eternas memórias.

***Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.**



Réus são condenados a mais de 40 anos de prisão por chacina

PÁGINA 11

BACABEIRA

Réus são condenados a mais de 40 anos de prisão por chacina

Os acusados Antonio Coelho Machado, Clefer-son de Jesus Machado Vi- laça e Josean Serra Rego foram condenados, respec- tivamente, às penas de 43 anos; 44 anos e 47 anos de reclusão, a serem cumpri- das em regime inicialmente fechado.

A condenação se deu pelo Tribunal do Júri da Comarca de Rosário, pela acusação dos crimes de as- sassinato e ocultação de ca- dáver de uma criança e um adolescente; e tentativa de homicídio contra outro adolescente e um adulto, ocorridos no Povoado Periz de Baixo, município de Ba- cabeira, no dia 1º de agos- to de 2017, motivado por suposto furto de porcos pelas vítimas em terreno de propriedade de Antonio Machado.

A juíza Karine Lopes Castro, titular da 1ª Vara de Rosário, presidiu o julga- mento, finalizado na noite dessa quinta-feira (8), no Fórum da comarca de Rosá- rio, negando na sentença a possibilidade de os réus re- correrem em liberdade, já que permaneceram presos durante toda a instrução.

Durante a sessão do Júri Popular, o Ministério Públi- co, por meio da promotora de Justiça Maria Cristina Lobato Murillo, sustentou que os acusados agiram, coordenadamente, para satisfazer a vontade de Antonio Machado, conhe- cido por Antonio Baixinho, que seria o “mentor inte- lectual do crime”. Narra a denúncia que, na data, os acusados armados com es- pingardas, revólveres, fa- cão e facas, teriam atacado



OS TRÊS ACUSADOS VÃO CUMPRIR PENA EM REGIME FECHADO

de forma cruel as vítimas, uma criança (11 anos), dois adolescentes (12 e 16 anos) e um adulto (24 anos). Do ataque, foram a óbito a criança e um adolescente, que sofreram graves le- sões e foram enterradas em uma área de mangue. Segundo a acusação, “An- tonio Baixinho” teve a co- laboração decisiva do neto, Clefer-son Vilaça, o “Kefim” e de Josean Serra Rego, co- nhecido por “Amaral”, para a execução dos crimes.

O MP também requereu a condenação dos acusados pelo crime de tentativa de homicídio contra um adul- to, atingido com um tiro na boca por Josean Rego; e um adolescente, atingido com um tiro na perna - que deu fim à munição na arma.

Atuaram pela defesa os advogados Kerlington Sousa e Marco Rocha (An- tonio Machado e Clefer-son Machado); e Jamilson Mu- bárack (Josean Rego). Os advogados da família Ma- chado defenderam a tese de homicídio simples e le- são corporal para Antonio e Clefer-son, respectivamen- te. “Eles não são inocentes, mas defendemos que cada um pague os erros na exata

medida do que foi cometi- do por cada um”, frisou o advogado Kerlington Sou- sa.

O advogado de Josean Rego sustentou que seu cliente apenas causou le- são corporal ao atingir o adulto, já que, segundo Jamilson Mubárack, para se defender o réu precisou desferir um tiro, mas que se tivesse a intenção de matar teria prosseguido com mais disparos. “Não há laudo apontando se a vítima cor- reu risco de morte, apenas que foi hospitalizado por cinco dias”, frisou.

Em réplica, o MP refor- çou a tese de homicídio duplamente qualificado por motivo fútil; tentativa de homicídio qualificado; e ocultação de cadáver.

MÊS DO JÚRI A Justi- ça de 1º Grau do Maranhão agendou 204 sessões do Tribunal do Júri para o mês de novembro, instituído como o Mês Nacional do Júri pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quando magistrados de todo o país com competência para o julgamento de crimes dolo- sos contra a vida realizam esforço concentrado para impulsionar os processos.

Bate Rebate

HOMENAGEADO



O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), foi homenageado com a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes, mais alta comenda concedida pelo Poder

Judiciário maranhense, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Justiça. A entrega da honraria aconteceu em sessão solene no TJMA, como parte das comemorações pelos 205 anos de instalação da Corte Estadual de Justiça.

ENTREVISTA // Carlos Brissac

"OAB nos debates sociais"

O advogado Carlos Brissac enxerga encolhimento da OAB-MA e quer a Ordem inserida nos grandes debates sociais.

POLÍTICA



DIVULGAÇÃO

ELEIÇÕES OAB // ENTREVISTA

"OAB nos debates sociais"

O advogado Carlos Brissac enxerga encolhimento da OAB-MA e quer a Ordem inserida nos grandes debates sociais

PEDRO DE ALMEIDA

"O AB de Verdade" é o que propõe a Chapa 2 capitaneada pelo advogado Carlos Brissac. O jovem advogado conseguiu reunir nomes em torno da sua candidatura para contrapor o nome do atual presidente da Ordem, Thiago Diaz. Abdicaram de candidaturas próprias os advogados Pedro Alencar, Ana Brandão, Roberto Feitosa e Raimundo Nonato Neto. Segundo o próprio Brissac, a abdicação é "pelo bem da advocacia". A Eleição da OAB-MA, que segue disputada, ocorre no próximo dia 23 de novembro.

Na ofensiva, Carlos Brissac acusa a perda de protagonismo na ordem. Para ele, a Ordem deixou de participar dos debates da sociedade. "Muito me entristeceu nos últimos 3 anos, o encolhimento da OAB. Você ver a OAB, você não vê mais ela participando dos grandes debates sociais. Ela não age nem pelo advogado, ela perdeu representatividade no próprio Tribunal de Justiça. O diálogo constitucional é quase inexistente com as outras instituições democráticas", relata Brissac.

Não age nem pelo advogado. Perdeu representatividade

Seguindo a sequência de entrevistas, hoje conversamos com o candidato a presidente da OAB-MA, Carlos Brissac.

Por que ser candidato?

Minha ligação com a Ordem, desde que eu peguei minha carteira, logo de cara eu entrei na Comissão de Jovens Advogados, eu fui ser secretário da comissão, vice-presidente, fui presidente da Comissão de Jovens Advogados.

Depois eu tive a oportunidade de continuar o trabalho na Comissão de Direitos Difusos, representei a OAB no Conselho de Proteção do Direito do Consumidor no Governo do Estado e depois fui procurador jurídico da OAB, que aí de fato pude perceber a grandiosidade do trabalho da Ordem. Já tinha percebido antes, claro, mas advogando pela Ordem, fazendo Ações Civis Públicas, procedimento no CNJ, sustentações no próprio CNJ, percebi que a OAB tem um espaço gigantesco na sociedade. Não só como entidade de classe mas como um escudo da democracia.

Você se enxerga como principal chapa de oposição?

O que nós fizemos foi uma reunião muito boa. Na verdade, foi primeiro eu, Dr. Pe-

dro e Dr. Feitosa. Nós sentamos em uma mesa e decidimos. 'Eu, Carlos Brissac, abro mão da candidatura pelo bem da advocacia', 'Eu, Pedro Alencar, abro mão da candidatura pelo bem da advocacia'. 'Eu, Roberto Feitosa, abro mão da candidatura pela união da advocacia'. E nós percebemos, conversando, o que nós tínhamos de força, o que nós tínhamos de pontos frágeis e decidimos que nós poderíamos somar forças. Eu tenho a força da jovem advocacia ao meu lado. Dr Pedro fez um grande trabalho em prerrogativas e fez um grande trabalho pelo interior do Maranhão. E o Dr Feitosa tem uma trajetória, experiência e muita contribuição para a Ordem.

E depois disso, a Drª Ana Brandão também esteve com a gente, conversou, traz a força da mulher advogada. Nós não precisamos de mulheres em nossa chapa porque nós temos uma cota de gênero para preencher. Nós precisamos de mulheres em nossa chapa porque precisamos de representatividade e vai ajudar em nossa diretoria. Nós temos dois advogados negros em nossa diretoria, algo inédito, o vice-presidente que é de Imperatriz, é negro, também uma coisa inédita. Além disso, nós temos também o Dr Nonato que conhece muito o Maranhão e falou: "Eu queria muito a união de vocês e eu queria participar disso". Então, todos foram trabalhando.

Qual é o papel do advogado Mário Macieira na sua chapa?

Dr Mário Macieira também nos apoia. Foi um presidente que fez muito, deixou um legado bom. Construiu várias sub-seções, foi importante pelo diálogo institucional que ele tinha com as outras instituições. Ele estará conosco, nos ajudando em Brasília no Conselho Federal em nossa chapa.

Justamente pela articulação por ser ex-presidente, por ser ex-presidente ele tem muita articulação com outros conselheiros federais que poderão vir ocupar em 2019, nos ajudando inclusive com coisas do Conselho Federal, recursos para construir mais sedes, nos temos a ideia de construir logo de cara a sede da sub-seção de Pedreiras, que é um pleito antigo. Um compromisso com a sede social de Imperatriz que é um pedido antigo também.

A oposição diz que o atual presidente frustrou a classe de advogados. O que o senhor vai fazer para não frustrar os advogados?

A primeira coisa que foi pedido em conjunto entre todos os pré-candidatos era um compromisso meu, caso eu conduzisse essa chapa, o que ocorreu, um compromisso de não reeleição. Um compromisso no nosso ato de união que nós fizemos, eu registrei em cartório e levei para todos. Então, há um compromisso, em 2021 eu não serei candidato. Nós precisamos de oxigenação para que pessoas, de fato, entrem na Ordem. E eu não posso estender meu mandato por muito mais tempo, porque eu sei que tem pessoas que tem essa capacidade de deixar o seu legado. Eu quero deixar o meu legado e o sei que quem vier depois vai deixar o seu legado.

O portal de transparência, ele apenas existe como nome, mas não existe materialmente. Nós temos que aplicar conceitos de governança corporativa dentro da Ordem, nós temos que prestar contas daquilo que fazemos. O advogado tem que saber o que acontece de fato na unidade dele. Nós precisamos de transparência efetiva.

Você disse, no início, que a OAB saiu dos debates da sociedade. Quais debates são esses?

Todos. Eu estive na Secretária de Direitos Humanos recentemente e lá foi informado pelo secretário que foi feito um convite para a OAB participar de um grupo de trabalho de combate ao trabalho escravo e a OAB não mandou um único representante.

Você ver, por exemplo, a posse do presidente do TJ, não tinha um representante da OAB na cerimônia de posse. Você não vê por exemplo, quando houve a discussão do RDR dos empréstimos consignados que afetou toda advocacia maranhense, a OAB perdeu o prazo. A OAB quase perdeu o prazo, inclusive, para se manifestar sobre o novo código tributário municipal aqui de São Luís. Então a OAB deixa de ser ouvida. As pessoas não ouvem mais a OAB. Eu fico muito preocupado.

A OAB tem que debater sobre as eleições também?

A OAB não tem que se manifestar sobre o pleito eleitoral em si. Tem candidaturas postas e tem que respeitar a legitimidade e a maioria do povo que foi escolhida. Isso é democracia.

A OAB tem que se posicionar firme é quando há, por exemplo, discurso de ódio contra nordestinos. Quando há uma proliferação de fake News, a OAB tem que se manifestar. Tanto da parte da conscientização como também uma postura proativa.

Fique a vontade para pedir os votos dos advogados do Maranhão

Fazer um convite para que as pessoas olhem que quando você vota em uma eleição da Ordem você não está votando tão somente no candidato a presidente. Você tá votando em 80 pessoas. Então, olhe quem são as pessoas que estão lá, olhe quem é a nossa diretoria. Veja que tem pessoas do interior representada, mulheres advogados. Veja nosso Conselho Seccional, veja nossa preocupação com a Caixa de Assistência.

As pessoas que têm experiência dentro e fora da classe para poder nos ajudar. A grande oxigenação são pessoas jovens com experiência. Eu quero que o advogado olhe nossa proposta e veja, são propostas feitas para pessoas que trabalham todo dia no Fórum, que trabalham todo dia no Fórum trabalhista. Que estão no interior do Maranhão. Eu quero que a pessoa se sinta representada e veja que nós queremos construir é uma OAB que todos possam participar ativamente, inclusive a sociedade.

As pessoas não ouvem mais a OAB



CARLOS BRISSAC JÁ FOI PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JOVENS ADVOGADOS DA OAB-MA

MINHA TERRA NATAL CAJARI-MA

OSMAR GOMES

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís

Quando se trata da terra natal, todos falam com entusiasmo e sentimento que saltam aos olhos, comum àqueles que guardam boas e saudosas lembranças dos tempos de outrora. Nesta data, em que comemora mais um ano de fundação, falar de ti, Cajari, é um motivo a mais para meu peito transbordar de emoção.

Ao comemorar 70 anos, no próximo 15 de novembro, este pedaço do Maranhão me faz voltar para dentro do meu eu e me deparar com tantas recordações boas. Da época de menino magrelo, dos pés no chão, das brincadeiras com peão, das peladas do futebol. Ou mesmo do despertar cedo para a labuta diária – na roça ou no campo. Como foi bom ter vivido ali. Hoje, te olho majestosa, do alto de seus quase 19 mil habitantes, censo de 2010, encravada no coração da nossa rica Baixada Ocidental Maranhense. Ah, Cajari, como queria ser compositor para rabiscar algumas melodiosas letras que falam de ti. Mas pensando melhor, sou péssimo intérprete e cego de um saudável ciúme. Concluo que elas não poderiam ser cantadas por ninguém, se não por mim.

Como esse papel já não cabe a mim, deixo quietas as poucas folhas de papel que ainda me restam. Aproprio-me apenas desta para deixar gravada a minha homenagem. Singela, claro, mas profunda como deve ser. O saudosismo é uma marca indelével que carrego no peito e na memória, que a mim serve como combustível de uma chama inapagável. Sua grandeza não se traduz apenas em números. Situada às margens do rio Maracú, é uma terra de lendas, causos e muitas histórias, tais como aquelas que mexem não só com o imaginário dos jovens, mas até dos mais vividos.

Cajari é, por assim dizer, um lugar que ainda guarda mistérios não desvendados, a exemplo dos sinais de uma antiga civilização que teria vivido no leito do lago que leva o nome da cidade, muito antes da chegada dos portugueses por aquelas bandas. Foi porto da tradicional Fazenda Cadoz e tinha algumas propriedades dos

então coronéis, cujas autoridades não eram questionadas. Porém, não imperavam absolutas, posto que os valentes índios por muito tempo marcaram posição e deixaram um grande arsenal de conhecimentos que transcenderam gerações. Valentia, hoje, reservada a sua gente que dá a volta por cima depois de sacudir a poeira.

Regressar a Cajari é poder me deparar com figuras ilustres, amigos de infância, um povo simples e acolhedor. Pessoas de sorriso fácil, mesmo daquelas faces cujos olhares revelam o pesado fardo que a vida lhes impôs. Adentro mais ainda, chego em Enseada Grande, povoado onde nasci, Tá tudo bem, sim senhor”, e a vida segue com um feixe de lenha na cabeça e os pés ainda descalços, paradoxalmente simples e rica.

Na minha terra ainda tem palmeiras e também babaçuais, mas jaçanãs e japeçocas eu nem sei mais. O avanço predatório do homem sobre a natureza para satisfazer seus anseios tem feito diminuir a incidência dessas espécies em toda a região. O meio ambiente sobrevive, embora embriagado na agonia das incertezas.

Mesmo diante das dificuldades, é necessário encontrar motivos para comemorar. Recordo das palavras de meu pai, quando eu ainda era pequenino: “não se pode esmorecer diante das dificuldades da vida”. Palavras que dão força e alimentam a esperança de um dia não muito distante, ver minha bela Cajari retomar o caminho do progresso, da manutenção do seu ecossistema, do cuidado e do respeito com a sua gente.

Espero um dia, minha bela Cajari, poder voltar para ti. E assim como uma despreocupada criança me deleitar em suas águas, colher o coco em seus babaçuais, correr em seus verdes campos alagados sob o sol escaldante. Quero poder deitar sob o céu de estrelas, do límpido clarão do luar, longe das luzes artificiais que delineiam uma realidade tal como ela não é. Mas hoje, perdido nos devaneios da vida urbana, restando-me matar a saudade nas rápidas viagens de “bate-volta”, só posso desejar a ti, terra amada, os mais sinceros e profundos parabéns pela sua antiga e imponente história. Sob sua juvenil certidão de nascimento, repousa um passado de glórias, bravura e mistérios ainda dados ao descobrimento. Parabéns, Cajari, pelos seus 70 anos de criação e pelo seu infinito passado de boas e eternas memórias.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Ativismo político

A crise da representação política tornou-se um fenômeno no Brasil, colocando em dúvida a legitimidade das agremiações partidárias na defesa de interesses em demandas da sociedade.

Num contexto marcado pela emergência de novas formas alternativas de participação política, aumenta o descrédito dos cidadãos quanto ao papel das agremiações partidárias, embora a existência dos partidos políticos seja um dos aspectos centrais do ideal democrático.

Como no atual contexto as demandas são grandes e a incompetência dos partidos para enfrentá-las são evidentes, não há uma relação estável entre eleitores e agremiações, evidenciando uma grave crise, demonstrada pelo aumento no número de pessoas que não se identificam com essas organizações.

As altas taxas de volatilidade e queda nos índices de participação eleitoral, além da emergência de formas alternativas de ativismo político reforçam essa constatação.

A sociedade brasileira carrega nos ombros o peso de muitos problemas graves e um deles envolve os partidos políticos, cuja prática causa perplexidade e atinge fortemente a democracia, colocando em risco seu funcionamento e propósitos.

Há uma demanda imediata para que se estabeleça amplo processo de revisão das práticas e posturas nesse âmbito, para que as ações políticas dos partidos sejam balizadas por parâmetros éticos, garantindo a dimensão moral necessária à atividade para a qual foram criados.

Cabe aos partidos políticos priorizar o supremo bem do povo e buscar soluções para os problemas sociais, com a luminosa razão que permite enxergar problemas e intervir.

Privilégios não podem ficar acima das necessidades reais do exercício da representação, pois eles agem como veneno contaminador, induzindo a equivocados entendimentos que deformam o sistema democrático, numa traição vergonhosa aos princípios da moral e da justiça social.

É necessário investir na representação política para inverter os descompassos em curso, promovendo novas posturas, sem os vícios que fazem hoje os partidos políticos serem desacreditados por 72% da população, em um dos momentos mais difíceis da sua história.

Incapazes de liderar propostas de mudanças importantes para a sociedade e sem prestígio junto à opinião pública, eles vêm tendo uma atuação duvidosa como canal de representação dos vários segmentos da sociedade civil organizada.

Um aspecto negativo que influi na baixa credibilidade dos partidos políticos é que muitas deles atuam mais como legendas de aluguel, aparecendo apenas em períodos eleitorais para abrigar políticos com candidaturas inviabilizadas em outras agremiações, que precisam de uma sigla para disputar um cargo público.

Partidos políticos dessa natureza passam a ser atraentes também porque permitem que um candidato se eleja com um número menor de votos que o necessário em uma agremiação de maior porte, conforme o coeficiente eleitoral estabelecido pelas regras vigentes.

Muitas dessas siglas – onde geralmente os interesses individuais predominam sobre o público – sobrevivem com a prática do clientelismo, gerando a corrupção e comprometendo a legitimidade democrática, com arranjos eleitorais puramente pragmáticos, casuísticos e pessoais.

A imagem dos partidos políticos hoje é associada à luta renhida de pessoas, facções e grupos ambiciosos, fisiológicos, em busca do controle exclusivo de pedaços da “esfera pública” para suas clientelas. Essa ausência de conduta ética pode ter um efeito maléfico, contaminando segmentos da sociedade e baixando o nível geral de moralidade. O fato de fundar uma legenda política no Brasil não ser uma meta difícil de ser alcançada, aumenta a ação dos oportunistas. Na democracia, cabe aos partidos políticos a formulação dos programas gerais de políticas públicas – definidos a partir de princípios ideológicos – para colocá-las em prática quando no exercício do poder. Infelizmente isso não vem acontecendo.

Os programas de importância para a sociedade estão sendo prejudicados pela prioridade dada às questões que envolvem interesses de grupos.

A experiência mostra que esses programas vêm sendo mero instrumento retórico para chegar ao poder. Quando isso acontece, uma característica absolutista se manifesta, como revelam os exemplos recentes e bem significativos desse resquício de poder imperial. A fragilidade do sistema partidário prejudica muito a evolução da democracia no Brasil. As inúmeras contradições têm tornado os partidos políticos incoerentes em aspectos essenciais, deixando o eleitor confuso e decepcionado com a política.

Formação (1)

As primeiras agremiações políticas no Brasil surgiram em 1822, após a Independência. O país teve várias fases partidárias. A primeira foi a monárquica, que começou em 1837. A segunda fase partidária, na Primeira República – de 1889 a 1930 – conheceu partidos estaduais. A terceira formação partidária se deu na Segunda República, com agremiações nacionais de profunda conotação ideológica – a Aliança Nacional Libertadora e o Integralismo.

Formação (2)

Na quarta formação partidária do País, ocorreu a explosão

de um multipartidarismo com 13 legendas. O golpe militar de 1964 iniciou a quinta fase partidária, com o bipartidarismo, que para alguns teria sido “uma admiração ingênua do presidente Castello Branco pelo modelo britânico” e para outros uma “mexicanização”. A sexta formação partidária se deu pela reforma de 1979. Buscou-se imitar o sistema alemão de condicionar a atuação dos partidos ao alcance de um mínimo de base eleitoral. Já a sétima e atual fase começou em 1985, com a Emenda Constitucional nº 25, com o alargamento do pluripartidarismo.

PETINHADAS

• Viram o caso do imperatrizense que entrou na justiça para reaver a esposa, que tinha saído de casa para morar com o amante???!!! Pois é..., e o Tribunal de Justiça aceitou o pedido do ‘cabra’, considerando que o amante (réu) não demonstrou interesse em se defender e não compareceu na audiência!!! A sentença se baseou nos seguintes fatos: a mulher vivia uma semana com o amante e outra com o marido, mas já tinha mais de 1 mês que havia fugido com o ‘pé de pano’!!! Diante da situação, a ‘justa’ acionou a mulher, ela foi ouvida e disse que amava os dois!!! E aí foi orientada a voltar para a casa do marido, com quem tem dois filhos (nenhum do marido) ou que pedisse o divórcio!!! A justiça deu 15 dias para a mulher retornar pra casa, sob pena de multa!!! O marido disse que ficou feliz com a sentença!!! O amante não quis se manifestar!!! Tá vendo aí???!!! Efeito Bolsonaro já... Tradição, Família e Propriedade em primeiro lugar, hahahahahahahahahahaha!!!

Plano de saúde que mantém contrato não pode recusar autorização de procedimento de urgência

O plano de saúde que não rescinde contrato, unilateralmente, depois de saber da omissão de informação de doença preexistente por parte de beneficiário e não exige exames médicos prévios à contratação, não pode se recusar a autorizar procedimentos de urgência e/ou emergência ao paciente. Esse entendimento, baseado em modelo jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi aplicado pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para determinar que a Unimed Norte/Nordeste custeie cirurgia e despesas hospitalares de uma criança associada ao plano pela mãe. A Unimed Norte/Nordeste ajuizou agravo de instrumento contra a decisão do Juízo da 5ª Vara Cível de São Luís, que concedeu tutela provisória de urgência e determinou que a empresa custeasse o procedimento cirúrgico e qualquer outro de que dependa o paciente, bem como disponibilizasse os exames e materiais necessários e efetuasse o pagamento das despesas hospitalares de internação e honorários da equipe médica, sob

pena de multa diária de R\$ 5 mil, limitada a 30 dias.

A operadora alegou que houve omissão de que a criança era portadora de cardiopatia congênita no preenchimento da declaração de saúde por ocasião da celebração do contrato; e que a legislação prevê prazo de cobertura parcial temporária de 24 meses, quando verificada a existência de doença ou lesão preexistente. Em sua defesa, a mãe da criança disse que desconhecia a necessidade de eventual tratamento cirúrgico, que somente foi detectado em momento posterior à celebração do contrato.

O desembargador Paulo Velten (relator) destacou que, ao deixar claro nas razões recursais que continuará com o contrato, impondo prazo de carência de 24 meses para a cobertura da doença preexistente, a empresa gerou a confiança de que o beneficiário terá a cobertura médica contratada, conduta que, pela função reativa da cláusula geral da boa-fé objetiva, impede a recusa de atendimento quando caracterizada hipótese de emergência.

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luz.almeida@globo.com / www.joseluzalmeida.com



INTERDIÇÃO DO PENSAMENTO

Reconheço, e acho que sobre isso ninguém tem dúvidas, que vivemos numa democracia, que, por essas paragens, pode não ser a melhor do mundo – às vezes relativizada, às vezes absoluta, algumas vezes ameaçada em face de uma ou de outra ação intempestiva, por razões que não vale a pena declinar neste espaço, porque desbordariam do tema que elegi para este artigo –, mas que, de rigor, é sim, uma democracia, com as imperfeições de toda obra do homem.

Hoje, não se há de negar, podemos dizer – salvo alguma autocontenção, própria do momento em que vivemos, questão sobre a qual me deterei mais adiante –, pela via escrita ou oral, o que nos apraz, o que nos convém, na certeza de que podemos vir a ser responsabilizados pelos excessos que viermos a cometer, pois, afinal, num ambiente democrático podemos muito, mas não podemos tudo. É que há limites, há regras, escritas e não escritas, que nos impõem limites. E é bom que assim o seja. E é bom que todos saibamos disso. Em cada um de nós deve mesmo ser cultivado um espaço de racionalidade. A verdade é que, nos dias presentes, não se vê, por parte do Estado, interdição de discursos, óbices às manifestações do pensamento, impedimentos às manifestações culturais, conquanto, aqui e acolá, algum controle se mostre necessário, o que não deve ser confundido com censura, nos moldes que testemunhamos nos regimes ditatoriais.

Todavia, paradoxalmente, a intolerância, nos dias atuais, por parte da própria sociedade, em face do que pensamos e externamos, tem funcionado como um limitador da nossa capacidade de pensar e externar o que pensamos, a interditar, ou, pelo menos, limitar a nossa criatividade. É que as pessoas, nos dias presentes, como lembra o ex-ministro Carlos Ayres Brito, confundem faca nos dentes com pensamento afiado.

Nesse ambiente de intolerância, potencializado em face da divisão da sociedade entre os “de cá” e os “de lá”, fruto de um discurso político irresponsável, a gente nunca sabe mesmo, em face da toxicidade do momento, como a nossa mensagem será recebida. A intolerância que todos nós temos testemunhado é de tal envergadura – sobretudo a que decorre das manifestações odiantas que encontram ressonância nas redes sociais – que consegue, sim, interditar as nossas manifestações, nos reprimir, inibindo a nossa capacidade de pensar e de traduzir em palavras o que pensamos.

Nesse panorama, é cediço que, de certa forma, todos nós – pelo menos comigo isso ocorre –, sobretudo os que escrevem para uma parcela relevante da sociedade, estabelecemos os nossos próprios limites, que condizem com o excesso de cautela com as palavras, temerosos das consequências de uma expressão mal colocada, sabido que aquele que lê um texto pode ser o mesmo que, de uma janela, se detém na lama que se esparrama pela rua, em vez de elevar a sua vista para a beleza do céu estrelado.

Nos dias atuais, reafirmo, não há uma ditadura estatal sendo exercida sobre o pensamento, sobre as

nossas escritas, sobre as nossas posições em torno desse ou daquele assunto. Isso é fato. Nesse cenário, cada um de nós tem liberdade de dizer o que quiser, de escrever o que deseja escrever, cabendo a cada brasileiro, de outra banda e com efeito, decidir o que quer ler ou o que deseja assistir.

Apesar da inexistência de censura oficial, é preciso convir que há, sim, substituindo-a, no seu lado mais tenebroso, erupções de ódio, que são, a meu sentir, pelas suas nefastas consequências sobre o pensamento e a liberdade de expressão, uma forma de censura protagonizada, importa reafirmar, com espanto e inquietação, pela própria sociedade, a mesma que viveu os rigores da censura estatal no período ditatorial de triste memória.

Nesse cenário desalentador, proliferam, marcada e precipuamente, nas redes sociais, os insultos, as maledicências, a perfídia, os ataques despropositados em face dessa ou daquela posição assumida, a inibir, importa repetir, as mais diversas manifestações do pensamento e mesmo as manifestações culturais, o que, admitamos, é de lamentar, a considerar que o Estado, em boa hora, recolheu as suas armas censórias e que, como anotei no preâmbulo dessas reflexões, vivemos numa democracia, onde, de rigor, a todos os cidadãos deveria ser assegurado, substancialmente, o direito de se expressar como bem lhe aprouvesse, tendo em contrapartida, tão somente, assumir o ônus em face dos excessos que praticar.

Eu mesmo, cá do meu canto, que tenho compartilhado o meu pensamento com um número razoável de leitores, vejo-me, aqui e acolá, me autocensurando, com receio de não saber como vai ser recebida essa ou aquela manifestação, sabido, reafirmo, que vivemos uma quadra de intensa e despropositada intolerância, a inibir a criatividade das pessoas.

Situações como as que temos vivenciado, impondo a nós um comportamento de absoluta cautela – para não dizer autocensura –, em face daquilo que pretendemos dizer em nossos escritos, são inibidoras da nossa capacidade criadora, sobretudo a considerar que, na língua portuguesa, não são poucos os termos abertos, de cuja amplitude de sentido resultam as mais variadas interpretações, muitas delas, dependendo do intérprete, marcadamente maledicentes.

É difícil, num ambiente desses, deixar a liberdade de pensamento fluir. Nesse ambiente perigoso e, às vezes, violento, não há como o pensamento emergir na sua inteireza. E por mais inspirado que seja o articulista, a possibilidade, sempre presente, de ser incompreendido, funciona como uma óbice que não deixa o pensamento vicejar.

Ressalte-se que a triste realidade é que vivemos uma quadra de tamanha insensatez e intolerância que as pessoas só defendem, com unhas e dentes, o direito de o semelhante dizer o que pensa, até o momento em que começam a ouvir aquilo que não querem ouvir.

É isso.

Desafios e Perspectivas I

Esse é o tema do Congresso “ESMAM – 30 anos da Constituição Federal: que será realizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), em parceria com a Assembleia Legislativa do Maranhão, no período de 28 a 30 desse mês, no auditório Fernando

Falcão. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até o próximo dia 20. Podem participar servidores do Legislativo, Executivo e Judiciário, estudantes e todos os demais cidadãos que tiverem interesse pelo tema. As inscrições podem ser feitas pelo Sistema Tutor da ESMAM. Os demais interessados poderão se inscrever por meio de formulário.

Osmar Gomes dos Santos

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luis, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



MINHA TERRA NATAL CAJARI-MA

Quando se trata da terra natal, todos falam com entusiasmo e sentimento que saltam aos olhos, comum àqueles que guardam boas e saudosas lembranças dos tempos de outrora. Nesta data, em que comemora mais um ano de fundação, falar de ti, Cajari, é um motivo a mais para meu peito transbordar de emoção.

Ao comemorar 70 anos, no próximo 15 de novembro, este pedaço do Maranhão me faz voltar para dentro do meu eu e me deparar com tantas recordações boas. Da época de menino magrelo, dos pés no chão, das brincadeiras peão, das peladas do futebol. Ou mesmo do despertar cedo para a labuta diária – na roça ou no campo. Como foi bom ter vivido ali.

Hoje, te olho majestosa, do alto de seus quase 19 mil habitantes, censo de 2010, encravada no coração da nossa rica Baixada Ocidental Maranhense. Ah, Cajari, como queria ser compositor para rabiscar algumas melodiosas letras que falam de ti. Mas pensando melhor, sou péssimo intérprete e cego de um saudável ciúme. Concluo que elas não poderiam ser cantadas por ninguém, se não por mim.

Como esse papel já não cabe a mim, deixo quietas as poucas folhas de papel que ainda me restam.

Aproprio-me apenas desta para deixar gravada a minha homenagem. Singela, claro, mas profunda como deve ser. O saudosismo é uma marca indelével que carrego no peito e na memória, que a mim serve como combustível de uma chama inapagável.

Sua grandeza não se traduz apenas em números. Situada às margens do rio Maracú, é uma terra de lendas, causos e muitas histórias, tais como aquelas que mexem não só com o imaginário dos jovens, mas até dos mais vividos.

Cajari é, por assim dizer, um lugar que ainda guarda mistérios não desvendados, a exemplo dos sinais de uma antiga civilização que teria vivido no leito do lago que leva o nome da cidade, muito antes da chegada dos portugueses por aquelas bandas.

Foi porto da tradicional Fazenda Cadoz e tinha algumas propriedades dos então coronéis, cujas autoridades não eram questionadas. Porém, não imperavam absolutas, posto que os valentes índios por muito tempo marcaram posição e deixaram um grande

arsenal de conhecimentos que transcenderam gerações. Valentia, hoje, reservada a sua gente que dá a volta por cima depois de sacudir a poeira.

Regressar a Cajari é poder me deparar com figuras ilustres, amigos de infância, um povo simples e acolhedor. Pessoas de sorriso fácil, mesmo daquelas faces cujos olhares revelam o pesado fardo que a vida lhes impôs. Adentro mais ainda, chego em Enseada Grande, povoado onde nasci, Tá tudo bem, sim senhor”, e a vida segue com um feixe de lenha na cabeça e os pés ainda descalços, paradoxalmente simples e rica.

Na minha terra ainda tem palmeiras e também babaçuais, mas jaçanãs e japeçocas eu nem sei mais. O avanço desenfreado e predatório do homem sobre a natureza para satisfazer de forma voraz seus anseios tem feito diminuir a incidência dessas espécies em toda a região. O meio ambiente sobrevive, embora embriagado na agonia das incertezas.

Mesmo diante das dificuldades, é necessário encontrar motivos para comemorar. Recordo das palavras de meu pai, quando eu ainda era pequenino: “não se pode esmorecer diante das dificuldades da vida”. Palavras que dão força e alimentam a esperança de um dia não muito distante, ver minha bela Cajari retomar o caminho do progresso, da manutenção do seu ecossistema, do cuidado e do respeito com a sua gente. Espero um dia, minha bela Cajari, poder voltar para ti. E assim como uma despreocupada criança me deleitar em suas águas, colher o coco em seus babaçuais, correr em seus verdes campos alagados sob o sol escaldante. Quero poder deitar sob o céu de estrelas, do límpido clarão do luar, longe das luzes artificiais que delineiam uma realidade tal como ela não é.

Mas hoje, perdido nos devaneios da vida urbana, restando-me matar a saudade nas rápidas viagens de “bate-volta”, só posso desejar a ti, terra amada, os mais sinceros e profundos parabéns pela sua antiga e imponente história. Sob sua juvenil certidão de nascimento, repousa um passado de glórias, bravura e mistérios ainda dados ao descobrimento.

Parabéns, Cajari, pelos seus 70 anos de criação e pelo seu infinito passado de boas e eternas memórias.

PETINHADAS

• E aquele integrante de Turma Recursal Temporária da ‘Grande Ilha’, “boliviano roxo”, que está levando a mamãe para assistir a todas as sessões de que participa???!!! Pois é..., ‘rapá’, na hora que começam os debates jurídicos, a mãe do togado interrompe os trabalhos e ‘ralha’ com todos os demais magistrados, perguntando por que os integrantes do colegiado não se entendem!!! Já tem um grupo de causídicos se mobilizando para solicitar à genitora do togado que peça para o seu filho estudar os códigos de Processo Civil e de Defesa do Consumidor, usando a palmatória caso o ‘cabra’ não aprenda, hahahahahahaha!!! ‘Mamma mia’!!!